

2

Pressupostos Teóricos

Leituras

- *Você ainda não leu O Significado do Significado? Não? Assim você nunca fica em dia*
- *Mas eu estou só esperando que apareça: O Significado do Significado do Significado.*

Mario Quintana

O estudo da revisão ou avaliação de tradução está intimamente relacionado a discussões que questionam conceitos de base e modelos teóricos que fundamentam e permeiam os Estudos da Tradução em geral. Com a predominância na área de modelos teóricos que privilegiam visões não-immanentistas do significado, conceitos básicos para a avaliação de tradução — tais como **erro**, **tradução**, **adaptação** e o próprio conceito de **avaliação**, e a conseqüente relação entre eles — necessitam ser repensados para que a prática da avaliação e a teoria que a estuda caminhem em consonância.

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir esses questionamentos teóricos que interferem diretamente na prática da avaliação de tradução e delimitar como determinados conceitos serão tratados ao longo da análise deste trabalho. Iniciamos o capítulo fazendo um brevíssimo panorama das perspectivas teóricas que discutimos e sobre as quais nos debruçamos para fazer nossa análise. Em seguida, discutimos a necessidade de se adotar modelos teóricos não-radicais para o estudo da avaliação de tradução. Prosseguimos debatendo sobre a crítica desconstrutivista ao logocentrismo e abordando o que esta chama de “ilusão” como um pressuposto necessário à prática. Damos seguimento discutindo os conceitos de tradução, adaptação e erro, imprescindíveis para o estudo da avaliação. Finalizamos o capítulo propondo uma visão para a avaliação com base numa perspectiva wittgensteiniana da linguagem.

2.1

Brevíssimo panorama das teorias do significado

O presente trabalho toma como base estudos sobre o significado lingüístico, pois a questão do sentido das palavras é uma preocupação permanente na prática da tradução e, conseqüentemente, da revisão. Para analisarmos mais profundamente os pontos específicos que nos interessam aqui, é preciso que façamos uma brevíssima apresentação do panorama das teorias do significado que alicerçam nossa pesquisa.

As discussões em torno do sentido remontam à Grécia Antiga, estando presentes já em discussões filosóficas acerca de verdades eternas, essências fixas e conhecimentos universalmente válidos, discussões essas que em muito antecedem o nascimento de uma ciência da linguagem.²

Podemos iniciar nosso panorama seguindo uma distinção, já amplamente utilizada na área dos estudos do significado, de dois macro-grupos de pensadores. De um lado, estão aqueles que geralmente denominamos **representacionistas** ou **universalistas**, por defenderem que a linguagem é uma forma de *representação* ou substituição de entidades *universais*. Tais entidades poderiam ser tanto uma parcela da realidade — crença que caracteriza os **realistas** — quanto eventos da consciência — crença que caracteriza os **mentalistas**. Ambos estes grupos também acreditam que o significado seria estável por ser uma conexão *objetiva* entre coisa e palavra, sendo também *imane*nte à letra, ou seja, o significado “está inseparavelmente contido ou implicado na natureza” da palavra (Dicionário Houaiss Eletrônico). Por esses motivos, os representantes deste macro-grupo também são chamados de **objetivistas** e **immanentistas**. Este grupo é o que goza de maior predominância histórica desde a Antigüidade Clássica, tendo como alguns de seus grandes representantes os filósofos Platão e Aristóteles.

A visão platônico-universalista do significado ainda é a base do senso-comum ocidental sobre o sentido. Ela vê o significado de uma expressão lingüística como a parcela da realidade no mundo (ou na mente) que ela nomeia. Sob esse ponto de vista, a língua é vista como uma nomenclatura das coisas no

²Cf. Marcondes, 1994; Martins, 2004; Rebello, 2006.

mundo, uma mera lista de palavras, nomes do real. Ao se referir à noção que tradicionalmente se tinha do sentido, Georges Mounin explica que “as estruturas da linguagem resultavam mais ou menos diretamente das estruturas do universo [...] e das estruturas universais do espírito humano [...]” (1975, p. 48). Esta visão vai se provar insuficiente para nossa análise, como explicaremos mais adiante.

Em contraponto à tradição imanentista, podemos caracterizar o macro-grupo dos **não-representacionistas** ou **não-imanentistas**. Este grupo, com raízes igualmente remotas, que datam da Grécia Antiga com os Sofistas, mas de posição mais marginal, diferentemente dos representacionistas, defende que o significado não é imanente à letra nem é uma entidade essencial, real ou mental. Como explica Rebello, “o significado não é uma entidade; não é algo fixo e imutável; é algo que resulta das práticas de uma determinada comunidade lingüística” (2006, p. 23). Visões não-imanentistas são predominantes entre as teorias contemporâneas do significado, como é o caso do **desconstrutivismo** e do **pragmatismo**.

Entretanto, vários autores têm relacionado perspectivas não-imanentistas do significado com posições céticas, uma vez que tais perspectivas propõem um ataque a visões que defendem a unicidade e a objetividade do significado. Ao repudiarem idéias relacionadas a visões imanentistas da linguagem, como a concepção do autor como fonte do sentido e a autonomia do texto em relação aos seus leitores, teóricos defensores do não-imanentismo correm o risco de migrarem para o extremo oposto do binômio essencialismo-ceticismo. Segundo Martins, o flerte da crítica pós-estruturalista e desconstrutivista com o ceticismo epistemológico vem sendo ressaltado tanto por defensores quanto por críticos destas correntes. A autora cita em especial o comentário atribuído a Christopher Norris, no livro de Michael Fischer *Stanley Cavell and Literary Scepticism*, de 1989, de que “o crítico pós-estruturalista que adere à desconstrução trabalha ‘no mesmo limite vertiginoso’ em que o cético se encontra, ‘suspendendo tudo aquilo que presumimos acerca da linguagem, da experiência e das possibilidades ‘normais’ da comunicação humana’” (2005, p. 58). Entretanto, ela afirma que esse tipo de suspensão não é consequência necessária de uma posição não-imanentista.

Martins e Frota atribuem essa tendência cética de vertentes do pós-estruturalismo a um desequilíbrio entre a atenção dada a reflexões sobre a

impossibilidade da identidade e a preocupação reservada à *necessidade* da identidade, que vem gozando de muito menos espaço no âmbito acadêmico contemporâneo. As autoras oferecem a seguinte explicação para tal desequilíbrio e ressaltam sua impropriedade nos dias de hoje:

Um fator que sem dúvida concorreu para essa situação de assimetria se relaciona historicamente aos esforços para desestabilizar a hegemonia do ideário essencialista. Acreditamos, contudo, que o desequilíbrio, fundamental em uma etapa preliminar daquela desestabilização, talvez seja agora anacrônico, sobretudo considerando-se a ampla aceitação dos valores pós-modernos no universo teórico que nos concerne aqui (2006, Inédito).

Martins e Frota argumentam que esse desequilíbrio que pende para o ceticismo ocorre porque teóricos das correntes mencionadas assumem uma postura de *dúvida radical*, uma “experiência da *desconfiança*, de uma espécie de ‘guarda permanentemente levantada’, pela convicção de que podemos a todo tempo estar sendo vítimas de ilusões” (Idem). Segundo as autoras, essa constante *desconfiança* leva os teóricos pós-modernos a uma suspensão do juízo angustiada e não à *ataraxia* proposta pelos céticos clássicos.

Algumas das conseqüências dessa suspensão de juízo angustiada que vemos na tendência cética de vertentes mais radicais do pós-estruturalismo podem ser interpretações extremas que, por sua vez, viriam a criar aporias e nos levar a um imobilismo na prática. El-Jaick descreve o sentimento de desconforto de vários teóricos em relação a essa tendência cética:

Tomando parte nesse debate, Martin Stone, por exemplo, põe em questão a própria noção de que tudo seja matéria para interpretação, isto é, a idéia de que para se entender qualquer expressão lingüística é de fato preciso revesti-la de uma interpretação qualquer (2000). Outros autores juntam-se ao debate interessados em discutir o que Stone chama de *ameaça cética*, algo que nasce como conseqüência de se pensar que, como o signo lingüístico não tem nada de essencial e imanente que o determine, então nada há que garanta limites para sua significação. O filósofo Stanley Cavell, por exemplo, também percebe nesse movimento anti-representacionista da linguagem uma inclinação para o ceticismo, e alinha aqueles que desconfiam do significado textual aos epistemólogos tradicionais, que desconfiavam da existência do mundo exterior (v. Fischer, 1989; Cavell, 1979). É a mesma linha de pensamento que outro teórico, Michael Fischer (1989), segue ao questionar a propensão, por ele atribuída a críticos pós-estruturalistas, de colocar em dúvida qualquer certeza que se possa ter acerca do texto. Outros autores, ainda, inquietam-se com a idéia de que qualquer informação que possa ser dada para nos ajudar na interpretação de um texto é, ela mesma, passível de interpretação – caso

em que a interpretação passa a ser não só inescapável como interminável. É o perigo a que, para Talbot Taylor, a prática interpretativista pode levar: a que se caia no abismo de um regresso ao infinito (1992, p.168) (2005, p.16).

A radicalização de algumas idéias e a dissolução total de barreiras entre conceitos antes independentes podem implodir idéias que fazem parte das nossas práticas, e que são necessárias a elas, criando um contra-senso e uma imobilização. Por exemplo, se a idéia da “morte do autor”, proposta por Barthes, fosse considerada não como um reconhecimento da participação do leitor na produção de sentido, e sim como uma abolição da personagem conhecida em nossas práticas como “autor”, passaríamos a ter assim também a abolição da diferença entre autor, leitor ou tradutor. Isso poderia nos levar a uma perda da identidade de atividades como a tradução e da medida de autoria e manipulação nela presentes ou a leituras manipuladoras e distorcedoras de textos, visto que somente o leitor seria quem produz os significados. Só podemos aceitar como correta a afirmação de Nietzsche de que “não há fatos, só interpretações” se reconhecermos que essas interpretações são reguladas e não variam ao infinito nem ao bel-prazer de quem as faz.

Há uma necessidade prática de se frear o ímpeto desconstrutivo exagerado, impor limites à semiose ilimitada, que nos leva a uma deriva constante de conceitos e teorias, nos deixando imóveis em meio aos golpes das ondas de desconstrução, que a cada movimento fazem questão de nos mostrar que o chão estável em que acreditávamos pisar é na verdade o convés instável de um barco em meio à tempestade. O desequilíbrio inicial é necessário, mas tem que ser somente isto: inicial. Uma vez desestabilizadas as crenças anteriores, é preciso encontrar um meio-termo. Podemos identificar alguns exemplos de flerte com o ceticismo em textos desconstrutivistas do livro *O signo desconstruído*, de 1992. Por exemplo, Arrojo e Rajagopalan, em texto sobre o ensino da leitura, defendem:

se não podemos encontrar nenhum significado desatrelado de um interesse ideológico e de uma perspectiva, e se é a partir desses significados ideologicamente marcados que produzimos não apenas a leitura de qualquer texto mas também as formas e as características de qualquer instituição; ou seja, se, *em última análise*, cabe *ao homem* esse poder de criar significados e instituições, é, no mínimo, justo que esse jogo seja apresentado como tal ([1992] 2003, p. 90-91, grifo nosso).

A defesa de Arrojo e Rajagopalan está absolutamente de acordo com o ideário não-imanentista, mas resvala no ceticismo ao usar a expressão “em última análise”. Ora, em última análise quer dizer “olhando detidamente”, “analisando de perto”, que não é senão a forma de exame do cético. E ao olhar-se de muito perto, perde-se a noção do todo. Adicione-se a isso a observação de que “cabe ao homem [...] criar significados e instituições”, sem a ressalva de que este homem está restrito e determinado histórica e socialmente, não tendo necessariamente todo “esse poder”.

Assumindo uma posição ainda mais claramente cética ao debater a posição do cientista e a noção de sujeito na lingüística, Coracini argumenta que:

A valorização permanente do estável, do controlável, do presente, assegura ao cientista a ilusão de soberania e poder sobre os dados que crê poder olhar de forma neutra, isenta, de toda contaminação dos desejos, fobias, ideologias (experiências e conhecimentos prévios) que integram e determinam nossas crenças, nossas ações, nosso viver. Ilusão da verdade, ilusão do sujeito *a quem não é dado conhecer-se nem conhecer o outro e a natureza...* ([1992] 2003, p. 23, grifo nosso).

Coracini parece defender a máxima cética de que o “conhecimento não nos é franqueado”, sem, no entanto, perceber que essas crenças, que ela chama de “ilusões”, fazem parte das nossas práticas e é com base nelas que muito de nossa realidade funciona. É esse tipo de abertura a uma ameaça cética que vemos em posições como a citação que Rajagopalan faz de Culler: “Meaning is context-bound, but context is boundless” (1983 *apud* Arrojo [1992] 2003, p 66). A frase de Culler nos leva a entender que o significado, assim como o contexto, também não tem fronteiras nem limites. É esse tipo de posição não-imanentista de semiose que abre caminho para um ceticismo. O significado encontra limites, sim, e eles são impostos pelas nossas práticas.

É o que defende a corrente não-imanentista na qual se baseia este trabalho: o pragmatismo — perspectiva de linguagem que percebe o significado como um resultado das práticas de uma comunidade lingüística, fruto de um consenso, tornando a linguagem o centro das atenções dos assuntos humanos por ser ela o lugar onde os consensos ocorrem. Segundo Martins, a visão pragmatista do significado defende que “a linguagem humana significa quando [...] é usada ou

vivenciada no fluxo das práticas e costumes de uma comunidade lingüística, histórica e culturalmente determinada” (2004, p. 442).

É na perspectiva pragmática de linguagem que se insere parte do trabalho de Ludwig Wittgenstein, filósofo do início do século XX que também teve grande influência nos estudos de semântica formal. Como a obra de Wittgenstein mostra-se segmentada em duas fases distintas, ressaltamos que este trabalho se debruça sobre os estudos do chamado “segundo Wittgenstein”, cujo foco é uma visão pragmatista da linguagem. Em suas *Investigações filosóficas*, Wittgenstein faz uma analogia da linguagem com o jogo: “[...] Chamarei também ‘jogos de linguagem’ o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está ligada” (IF §7). Na visão wittgensteiniana, o significado é estabelecido, como ressalta Danilo Marcondes, “pelo uso que fazemos das expressões lingüísticas nos diferentes contextos ou situações em que as empregamos” ([1997] 2005, p. 270). Ou seja, o significado se constrói no uso que fazemos da linguagem, no momento em que jogamos o jogo: “O significado de uma palavra é o seu uso na linguagem” (IF §43). Marcondes acrescenta ainda:

O significado passa a ser visto assim como indeterminado, só podendo ser compreendido através da consideração do jogo de linguagem, o que envolve mais do que a simples análise da expressão lingüística enquanto tal. [...] A análise consiste agora em examinar os contextos de uso, considerar exemplos, explicitar as regras do jogo (p. 270-271).

Wittgenstein vê a linguagem como um fenômeno *regulado*, com certezas que variam, mas não ao infinito. As **regras** da linguagem são estabelecidas dentro das práticas dos falantes, e não aprioristicamente. São também as práticas da comunidade lingüística que produzem os **critérios** que permitem aos falantes identificar o que as coisas *são* e classificá-las em categorias. Glock esclarece que, para Wittgenstein:

o significado de um signo não é um corpo de significado, uma entidade que determina o seu uso. Um signo não adquire significado por estar associado a um objeto, mas sim por ter um uso governado por regras. Se é ou não dotado de significado é algo que depende da existência de um uso estabelecido, da possibilidade de ele ser empregado na realidade, em atos lingüísticos dotados de significado; e o significado que possui depende de como ele pode ser usado (1998, p. 359).

São essas regras consensuais e voláteis originadas no uso e nas nossas práticas que garantem que o significado não varie ao infinito e que não haja uma deriva constante de conceitos. A própria linguagem, sua gramática, impõe os limites que não nos deixam cair em um contra-senso. Martins ressalta que “há limites quanto ao que se pode fazer com as palavras, quanto a como se pode usá-las” (2000, p. 36) e cita a observação de Cavell:

A linguagem, aquilo que denominamos linguagem, é tolerante, permite projeções; mas não é qualquer projeção que será aceita, isto é, comunicará. A linguagem é igualmente — definitivamente — intolerante; da mesma forma que o amor é tolerante e intolerante com relação a diferenças, os materiais com relação à pressão, as comunidades com relação a desvios, as artes e as ciências com relação a variações (Cavell 1979, p. 182 *apud* Martins, 2000, p. 36).

Abordaremos com maior profundidade, mais adiante no trabalho, alguns dos conceitos wittgensteinianos mais relevantes para nossa pesquisa.

Os posicionamentos teóricos acerca do significado, aqui rapidamente esquematizados, exercem grande influência na visão que se tem da prática da tradução e, conseqüentemente, da revisão, uma vez que ambas lidam com a questão do sentido permanentemente.

Numa visão imanentista do significado, se as línguas são meras listas de palavras, nomenclaturas das “estruturas do universo”, a tradução é apenas uma substituição de uma lista pela outra, sem maiores dificuldades e com total equivalência. Se há dificuldades na tradução, essas ocorrem pura e simplesmente por erro ou incompetência do tradutor. Ainda segundo Mounin, “traduzir era exprimir a capacidade em litros de um tonel pela sua capacidade em galões; [...] tratava-se realmente [...], da mesma realidade, da mesma quantidade de realidade que era expressa nos dois casos.” Assim sendo, “as dificuldades da tradução dependiam de fatos acidentais [e] [...] a falha da tradução constituía uma falha do tradutor” (1975: 49). Porém, como já pudemos perceber, considerar uma língua uma mera lista de nomes do real, sem levar em consideração contextos e intérpretes, é uma posição um tanto ingênua.

A crítica não-immanentista dos pós-estruturalistas resolve essa questão redefinindo a tradução. Ela passa, assim, a ser vista não mais como uma cópia fiel de uma lista de palavras, mas como uma atividade intelectual complexa, política, ideológica e criativa, que exige uma interferência do sujeito tradutor, por ser “uma transformação regulada de uma língua por uma outra, de um texto por um outro”, como defende Jacques Derrida (*apud* Frota, 2004: 4).

Frota aborda a questão dizendo que:

os sentidos constituir-se-iam enquanto efeito do jogo entre significantes operado no sujeito tradutor (este também reconcebido). Os efeitos conscientes e inconscientes desse jogo é que norteariam o processo de escrita do texto traduzido, e não mais o chamado original [...]. Os tradutores, sem pretensão de neutralidade, se reconheceriam como sujeitos afetados e afetando o texto de partida, o mesmo ocorrendo com os leitores dos textos por eles escritos, também cadeias de significantes (2000: 69-70).

No entanto, uma perspectiva desconstrutivista mais radical pode abrir caminho para uma visão cética que permita uma tradução manipuladora e distorcedora ao defender um extremado poder do leitor — neste caso, o tradutor — na produção de sentido e assim implodir as barreiras existentes entre conceitos como autor e tradutor, original e tradução, dando poderes autorais para o tradutor. Como ressalta Martins:

O ato de traduzir tem de fato boas chances de convidar ao ceticismo: jamais chego a conhecer em um plano absoluto este significado, este texto, este autor, esta língua, aquela língua. De modo que eu não tenho como saber o que conta como uma tradução [ou como uma reescrita manipuladora] (2005, p. 64).

Uma perspectiva pragmatista de inclinação wittgensteiniana nos permite frear a ameaça cética que um pós-estruturalismo radical pode trazer à tona, ao defender que o uso é onde reside o significado na linguagem. A tradução pode ser vista, portanto, também como um jogo em que há regras e critérios, em sua maioria estabelecidos no curso da prática tradutória e não totalmente *a priori*, que vão permitir que a tradução aconteça sem ter que seguir os ideais inatingíveis de uma visão essencialista nem ter que se tornar uma prática manipuladora originada numa posição cética de um pós-estruturalismo radical. Ainda segundo Martins, levar nossas práticas em consideração:

equivale a reconhecer a tradução mais uma vez como uma práxis, como uma instituição cultural com um passado que a coloca em certa posição entre os assuntos humanos. Posso pensar talvez que a linguagem ordinária embute os critérios forjados nessa práxis para determinar o que conta como tradução [...] (Idem, p. 65).

Esta discussão teórica nos interessa em particular aqui porque a adoção de determinadas perspectivas teóricas também tem implicações para a prática de revisão de tradução. Tanto uma atitude imanentista quanto uma atitude cética se provam incompatíveis com o ofício do revisor.

Se o revisor adotar uma postura imanentista, ele provavelmente partirá da idéia de que os significados são entidades essenciais, universais e autônomas e que a tradução é o transporte dessas essências de uma língua para outra, e que, portanto, existe uma tradução correta — a que representa a essência de determinado significado — em detrimento de traduções erradas. Com isso, ele provavelmente assumirá uma atitude autoritária em relação ao texto, corrigindo o que (em sua opinião) estiver errado, sem levar em conta outras possíveis interpretações e traduções, pois essa possibilidade simplesmente não faz parte de seu ideário. Ademais, o revisor que adotar essa postura irá constantemente buscar a fidelidade total da tradução em relação ao original e vai terminar por se deparar com a frustração, razoavelmente persistente, de encontrar situações em que, por razões as mais variadas, como questões culturais, temporais, lingüísticas etc., a fidelidade total é impossível. Uma postura imanentista traz para o revisor ideais de padrão e correção inatingíveis.

Já a adoção de uma postura cética por parte do revisor pode fazer com que ele se questione e até negue a existência de barreiras, ou diferenciações, entre conceitos como tradução e original, tradutor e autor. Isso pode levá-lo a considerar que o tradutor é autor e não tem nenhum tipo de compromisso com a intenção do autor do texto original, pois é sua leitura, sua interpretação do texto-fonte, ou seja, sua tradução, o que produz os significados daquele texto. Essa visão de tradução provavelmente acarretará uma revisão por demais permissiva, pois o revisor se verá compelido a respeitar qualquer interpretação como válida. Ou ainda, se ele desconstruir tal idéia um pouco mais, pode começar a duvidar também da interpretação do tradutor frente a sua própria interpretação. Como fazer para saber se sua interpretação não é mais válida do que a dele? Há uma

interpretação mais válida? Todas são igualmente válidas? Como revisar então, se vale tudo? E assim ele cai num regresso ao infinito.

A desconfiança constante da dúvida radical assumida pelo ceticismo e a margem que sua suspensão de juízo dá a uma permissividade excessiva em relação à validade das infinitas interpretações de um texto não são compatíveis com noções como as de *avaliação*, *fidelidade*, *erro*, *correção* e todos os demais conceitos imprescindíveis e intrínsecos à atividade da revisão de tradução, e sem os quais a prática desta é impossível.

No entanto, a própria prática funciona para pôr freio à semiose ilimitada de uma postura cética. Como argumenta Britto, “na prática, as editoras são obrigadas a rever as traduções; no mundo real, uma tradução que fosse inteiramente descompromissada com qualquer intenção autoral resultaria em resenhas desfavoráveis, livros encalhados e até mesmo processos judiciais contra a editora” (mensagem eletrônica pessoal, 15 de março de 2007). Portanto, consideramos necessário adotar uma perspectiva teórica não-imanentista que, por sua vez, também não penda para um ceticismo radical. É por essa razão que o pragmatismo de inclinação wittgensteiniana nos parece ser a opção teórica mais profícua para nossa análise. Ao defender que o significado está no uso e que nossas práticas são o que regulam e garantem uma estabilidade, mesmo que volátil e instável, para a linguagem, Wittgenstein nos abre caminho para validarmos noções e conceitos que, mesmo que “em última análise” sejam ilusórios, ainda assim são ilusões arraigadas em nossas práticas. Essas crenças ou “ilusões”, além de intrínsecas a nossas práticas, são absolutamente necessárias para que elas funcionem sem que haja uma total anarquia conceitual. A revisão de tradução trabalha, sim, baseada em conceitos ilusórios, porém, sem eles, ela não poderia existir, e sua não-existência não é uma opção possível no mercado tradutório e editorial contemporâneo.

2.2

A necessidade de modelos teóricos não-radicais

Até aproximadamente meados do século XX, as visões que imperavam nos estudos da tradução eram visões imanentistas do significado, de base platônico-universalista — visões essas que são também, até hoje, a base do senso comum ocidental. Segundo tais visões, conceitos como *significado*, *original*, *tradução*, *autor*, *tradutor* eram vistos como entidades fechadas, transcendentais, universais, com limites e relações claramente definidos entre si. Com o surgimento das teorias desconstrutivistas e pós-estruturalistas, deu-se a crise do cientificismo e do empirismo, tendo como carro-chefe a descrença em verdades absolutas. Nos estudos da linguagem, e mais precisamente nos estudos da tradução, passaram a imperar as visões não-imanentistas do significado.

As duas bases teóricas — a platônico-universalista e a pós-estruturalista — apesar de parecerem essencialmente opostas, possuem um ponto crucial em comum: o radicalismo. Ambas acabam por nos levar a um imobilismo na prática: o universalismo através de sua inflexibilidade e o pós-estruturalismo através de sua permissividade. Os conceitos rígidos, inflexíveis, universais e transcendentais da visão platônica não admitem casos fronteirios, e estes são descartados como exceções caóticas. No entanto, o grande problema desta base teórica é que a vasta maioria dos casos não é inequívoca e não se encaixa perfeitamente nos moldes e regras por ela propostos. De forma análoga, a desconstrução do pós-estruturalismo, se levada a níveis extremos, resulta em impasses. Ao abolirem a rigidez dos moldes platônicos, algumas teorias pós-estruturalistas caem numa permissividade excessiva, e, conseqüentemente, os modelos propostos que não dão conta de todos os casos possíveis são descartados como inválidos. Assim, vemos que uma desconstrução extremada é uma posição tão radical quanto uma visão platônico-universalista. E toda posição radical, seja ela qual for, peca por não aceitar como válidas possíveis exceções. Cria-se, portanto, uma situação em que quaisquer casos que não se encaixem perfeitamente num modelo são desconsiderados ou, por outro lado, quaisquer modelos que não dêem conta de todo e qualquer caso são descartados como inválidos. Dessa forma, geram-se visões aporéticas que muitas vezes se anulam mutuamente e resultam em impasses

que podem imobilizar a prática. Por exemplo, se dizemos que o leitor ou, no caso, o tradutor é tão produtor de significado quanto o autor e defendemos que a tradução é uma atividade autoral, podemos estender essa defesa e concluir que não existem diferenças entre a autoria e a tradução e, com isso, perdemos os critérios para identificar o que é uma tradução e diferenciá-la de, por exemplo, uma reescrita manipuladora ou um plágio.

A desconstrução radical de algumas vertentes pós-estruturalistas pode nos fazer cair em lógicas circulares ou, como definiam os pirronistas, nas palavras de Sexto Empírico, um “regresso infinito” que sempre nos obriga a procurar uma prova, a prova da prova e assim por diante, até que chegamos a um impasse e somos obrigados a suspender julgamento sobre as teorias:

O modo [que leva à suspensão do julgamento] baseado no regresso ao infinito é aquele através do qual afirmamos que a coisa considerada como uma prova do assunto proposto precisa também, por sua vez, de uma prova, e esta, por sua vez, de outra, e assim em diante, ao infinito, sendo a consequência a suspensão do julgamento, por não possuímos um ponto de partida para nosso argumento (Sextus Empiricus 1990, p. 63).

Assim é a desconstrução radical, que abole conceitos básicos e, conseqüentemente, abole todos os conceitos a eles relacionados, e os relacionados a estes últimos e assim por diante. Isso implica, na prática, um questionamento infinito, pois a cada decisão, a cada escolha, o tradutor deve se interrogar e desconstruir todos os conceitos que baseiam tais escolhas, os conceitos que baseiam os conceitos e assim por diante, podendo cair em um caso do que Umberto Eco chama de **superinterpretação**.

Eco defende que a superinterpretação é uma conclusão absurda resultante de uma interpretação paranóica, por sua vez baseada em hipóteses errôneas. O intérprete, ávido por encontrar provas para uma hipótese que formulou, faz uma interpretação de um texto com lógicas circulares e analogias forçadas ou duvidosas para chegar a qualquer custo às conclusões que procura:

Depois que o mecanismo da analogia se põe em movimento, não há garantias de que vá parar. A imagem, o conceito, a verdade descoberta sob o véu da semelhança, será vista, por sua vez, como um signo de outra transferência analógica. Toda vez que a pessoa acha que descobriu uma similaridade, esta sugere outra similaridade, numa sucessão interminável. Num universo dominado pela lógica da similaridade (e da simpatia

cósmica), o intérprete tem o direito e o dever de suspeitar que aquilo que acreditava ser o significado de um signo seja de fato o signo de outro significado (Eco 1993, p. 55).

A desconstrução radical e extremada pode levar o tradutor e o avaliador a caírem na superinterpretação e, conseqüentemente, a cometerem erros. Se, a cada escolha que o tradutor precisar fazer no processo tradutório, ele se questionar quais serão os possíveis sentidos que estão por trás de certo caso, quais são todas as possíveis intenções do autor ao escrever tal coisa, quais as influências que ele, como tradutor, vai deixar transparecer em seu texto de chegada, ele não só vai perder um precioso tempo útil de trabalho, como pode aumentar suas chances de fazer uma escolha errada com base numa interpretação excessiva. Da mesma forma, se o avaliador pensar em todas as possibilidades de escolhas e no fato de que grande parte delas — se não sua totalidade — é legítima, dependendo do ponto de vista que se toma ao avaliá-las, poderá terminar por fazer uma avaliação por demais permissiva da tradução em questão. Podemos citar como exemplo aqui a conclusão a que chega Arrojo ao avaliar as traduções de Augusto de Campos e Paulo Vizioli de um poema de John Donne:

Tanto Paulo Vizioli quanto Augusto de Campos são “fiéis” às suas concepções teóricas acerca de tradução e acerca da poesia de Donne e, nesse sentido, tanto as traduções de um, como de outro, são legítimas e competentes. Inevitavelmente, as traduções de cada um deles agradarão aos leitores que, consciente ou inconscientemente, compartilhem de seus pressupostos, e desagradarão àqueles que [...] já foram seduzidos por pressupostos diferentes (1993, p. 25).

Apesar de a opinião de Arrojo ser válida e ter fundamento, ela pode ser um tanto permissiva quando o assunto é avaliação, pois, se podemos justificar uma tradução com base nas concepções teóricas de cada um — e não nos critérios consensuais que a linguagem determina em nossas práticas — não podemos sequer tentar avaliar a qualidade de uma tradução, já que para defender a superinterpretação mais alucinada, ou mesmo absurda, bastaria argumentar que o tradutor foi fiel à *sua* leitura do original e à *sua* concepção acerca dele. Seguindo uma visão wittgensteiniana de avaliação e de crítica, para que o jogo da crítica seja possível, é possível que haja uma estabilidade, ou seja, que todos os participantes compartilhem as crenças do jogo. Se os movimentos de cada jogador puderem ser justificados de acordo com as crenças de cada um em relação às

regras, o jogo se torna impossível. Seria como uma criança que cria as regras do jogo à medida que este acontece. Suas jogadas sempre serão válidas, e ela sempre vencerá, pois suas ações são justificadas a cada momento por *suas* crenças em relação às regras, ou seja, sua própria invenção das regras.

Em resposta às considerações de Eco, Jonathan Culler faz uma defesa da superinterpretação dizendo que ela “pode ser, na verdade, a prática de fazer exatamente aquelas perguntas que *não* são necessárias à comunicação normal, mas que nos possibilitam refletir sobre seu funcionamento” (Culler 1993, p. 135). Ora, mas o que é a tradução senão uma forma de “comunicação normal” em um idioma diferente daquele de origem do texto? O conceito de superinterpretação foi formulado no âmbito dos estudos literários e da crítica literária. No ambiente acadêmico, ele pode ser realmente muito útil. No entanto, “refletir sobre [o] funcionamento [da tradução]” não é a tarefa central do tradutor no momento do processo tradutório. Ele deve, sim, estar atento a questões éticas e a conseqüências de suas escolhas, mas reflexões mais aprofundadas em relação ao funcionamento, o papel político etc. da tradução cabe aos estudiosos de tradução (que podem ser os próprios tradutores práticos, em outro contexto, por que não?) fazer. Culler prefere a oposição formulada por Wayne Booth (1979 *apud* Culler 1993, p. 135) entre **compreensão** – que seria “fazer as perguntas e encontrar as respostas em que o texto insiste” – e **supracompreensão** – que seria “fazer as perguntas que o texto parece não colocar a seu leitor-modelo” (Idem). A prática tradutória, parece-nos razoável, funciona no nível da compreensão, visando o mesmo “leitor-modelo” que o texto tinha em sua cultura de origem. Isso não significa que o tradutor não deva ser um leitor crítico; ele deve, sim, mas não cabe a ele fazer considerações, críticas, comentários ou modificações ao texto de origem, em seu texto de chegada. Esta tarefa cabe aos estudiosos da tradução; estes, sim, operam no nível da supracompreensão.

No entanto, a crítica de Eco à superinterpretação é sua capacidade de levar a um processo de interpretação paranóica que resulta em conclusões errôneas. Numa atividade prática, como é o caso da tradução, as possibilidades de erro são ainda maiores. De maneira semelhante à superinterpretação, os questionamentos desconstrutivistas radicais nos colocam em uma lógica circular, um “regresso infinito”, em que, sempre que fazemos uma desconstrução, somos obrigados a

desconstruir a desconstrução e assim por diante. Essa lógica pode, num contexto de investigação acadêmica, até nos levar a conclusões válidas, mas muitas vezes também não nos leva a conclusão nenhuma. Ou ainda, pode nos levar à conclusão aporética de que é impossível se avaliar ou afirmar ou negar o que quer que seja, o que invalida qualquer trabalho com a linguagem. Essa indefinição, essa ausência de conclusões é impensável no ato da prática tradutória. Tais questionamentos não podem nos levar a impasses nem criar discussões que imobilizem a prática. Esta, por sua vez, não pode nem consegue se valer de teorias inconclusivas, pois precisa de definições claras de conceitos básicos (i.e. “original”, “tradução”) para poder funcionar. Ela não apenas precisa de tais definições como as impõe. A prática tradutória cria limites para tornar possível seu funcionamento.

Se queremos uma teoria que conviva em maior concordância com a prática, não podemos almejar trabalhar nem com um modelo teórico rígido nem com apenas um modelo teórico. Precisamos de teorias flexíveis o bastante para aceitarem exceções que se distanciem até certo ponto dos padrões ou regras previstos nas teorias, e que também possam incorporar tais exceções posteriormente — modelos que admitam ser atualizados e repensados. Não podemos considerar inútil um modelo pelo fato de ele não dar conta de todos os casos possíveis. Como explica Paulo Henriques Britto, em artigo ainda inédito, “faz parte do trabalho científico o convívio com o imperfeito e o incompleto” (Britto, inédito). Também não podemos ter uma teoria permissiva, em que tudo é possível, aceitável e válido; uma teoria que pode nos levar a fazer conjecturas infinitas, seguir lógicas circulares e cair em casos de regresso infinito e de superinterpretação. Precisamos nos permitir trabalhar com uma teoria que reconheça vários modelos possíveis, vários pontos de vista aplicáveis em determinados momentos quando forem mais produtivos. Já é praxe no âmbito das ciências exatas se recorrer a diferentes modelos teóricos dependendo das situações estudadas e dos resultados almejados. É sabido que, na Física, por exemplo, dependendo de quais forem seus objetivos, o pesquisador pode adotar o modelo que lhe seja mais útil para sua pesquisa. Ou seja, dependendo do fim prático que se almeja, podemos recorrer a diferentes construtos teóricos. Assim, para fins de orientação numa floresta, um explorador usa o velho modelo ptolomaico; a

balística usa um modelo newtoniano, a astronáutica usa o einsteiniano.³ Se tentarmos usar sempre o mesmo modelo para todas as aplicações práticas, podemos chegar a resultados errados ou não conseguir chegar a resultado nenhum.

Vemos que o que se apresenta como um dos maiores problemas do cenário atual dos estudos da tradução é o descompasso entre teoria e prática. A teoria de tradução, apesar da revolução que vem sofrendo nas últimas décadas, continua em discrepância com a prática tradutória. Isso acontece porque tanto o modelo platônico-universalista, adotado até meados do século XX, quanto vertentes do modelo pós-estruturalista, dominante nas últimas décadas, apesar de praticamente opostos, apresentam um ponto crucial em comum: o radicalismo. A alternativa ao universalismo platônico proposta pelo desconstrutivismo sofre do mesmo problema fundamental de seu antagonista. Em seu artigo, Britto descreve alegoricamente o cenário teórico atual nos estudos da tradução:

Diante da constatação de que Deus não existe, uns se tornam ateus; outros, porém, nostálgicos, preferem criar uma nova igreja, com teologia, liturgia, ritos, incenso e tudo o mais, em torno de um altar onde está entronizado o grande deus Nada. Para estes, o fim dos absolutos torna-se o novo absoluto (Britto, inédito).

Não considerar válido um modelo pelo fato de ele não dar conta de todos os casos possíveis é uma visão tão reducionista quanto desconsiderar casos que não se encaixam no modelo. Contestar um modelo radicalmente rígido para cair em um modelo radicalmente permissivo não é se chegar a uma solução, é ir para o outro extremo da dicotomia, onde o problema do radicalismo vive com a mesma intensidade. Se a realidade da prática é híbrida, plural e fluida, com limites porosos — mas, sim, possui limites — precisamos pensar modelos teóricos que, como a prática, também sejam plurais, flexíveis, ampliáveis e não-absolutistas. Esse tipo de modelo se faz absolutamente necessário quando o objeto de estudo é a avaliação de tradução, como discutimos a seguir, ao criticarmos em particular a posição de Rosemary Arrojo e defendermos que a prática cria limites, crenças e “ilusões” necessários para seu funcionamento e sobrevivência.

³Exemplo sugerido pelo professor Paulo Britto em comunicação pessoal.

2.3

Desconstrução, logocentrismo e “ilusão”

A questão da avaliação de tradução está atualmente imersa em acirradas discussões teóricas sobre o significado e sobre recepção e leitura. A prática da avaliação de tradução não pode fechar os olhos para as questões que tais teorias suscitam, mas para que essa prática seja possível também é necessário que se adote uma posição teórica moderada, voltada para a realidade dos avaliadores.

Há algumas décadas, partidários da desconstrução questionam visões essencialistas e imanentistas do significado, criticando pressupostos como a possibilidade de um texto ser um objeto estável que comunique as intenções conscientes de seu autor, a estabilidade dos significados e sua possível transmissão e a idéia de leitura como uma decodificação desses significados estáveis transmitidos por esses autores conscientes através desses textos também estáveis. Tais críticas são de particular interesse para as teorias de tradução, pois esses pressupostos estão em jogo a todo momento na prática tradutória. Uma das maiores representantes da desconstrução na área dos estudos da tradução é a teórica Rosemary Arrojo, que ataca veementemente o que ela intitula de “tradição logocêntrica”. Segundo Arrojo, o logocentrismo é a tradição de base absolutamente essencialista que rege a prática e o senso comum sobre a tradução ainda hoje. Essa tradição aceitaria a crença em um texto original estável que comunica significados ali depositados por um autor consciente e a crença na tradução como uma representação desse texto original e de seus significados numa língua-alvo. A tradução, para ter êxito, deveria ser, portanto, fiel ao original, e o tradutor deveria ser invisível, um simples leitor que decodifica e transporta os significados contidos no original. Nas palavras da própria Arrojo:

Já que nesse contexto [o do logocentrismo] é o desejo do autor o fator determinante para a emergência e a fixação do significado, o significante [...] funciona novamente como o invólucro *duradouro e resistente* capaz de aprisionar *através dos tempos e em qualquer circunstância* o significado autoral conscientemente pretendido. Ao leitor/receptor cabe apenas, nesse enredo, um papel filial e passivo, um papel essencialmente respeitador e protetor dos desejos autorais intencionalmente “inseridos” no texto (Arrojo [1992] 2003, p. 36 – grifos nossos).

O ponto que Arrojo defende é que nenhuma tradução, assim como nenhuma leitura nem nenhuma atividade humana, ocorre sem uma interpretação por parte de seu receptor. Assim sendo, nenhuma tradução pode ser julgada fiel ou não, nenhum texto pode ser considerado estável, nem nenhum significado pode existir autonomamente, pois a existência de todos eles está intrinsecamente ligada a uma interpretação.

É claro que a crítica de Arrojo é muito mais profunda e complexa do que o breve resumo que fizemos aqui, mas para fins do recorte feito neste trabalho, tal resumo se provará suficiente. É impossível, também, não dar razão a Arrojo. A bandeira que ela levanta não é nova. A questão das várias visões da realidade e, conseqüentemente, da instabilidade da linguagem e do significado vem sendo discutida desde a Antigüidade Clássica, mais notadamente pelos sofistas e céticos. Não há como se negar a relatividade de todas as atividades e de todos os conhecimentos humanos (ela está presente mesmo em ciências consideradas exatas, como a Física), e não podemos deixar de concordar com as discussões suscitadas por Arrojo. Entretanto, com base nos pontos da posição de Arrojo que levantamos acima, temos duas críticas a fazer.

A primeira delas diz respeito ao alvo das críticas de Arrojo. Ao descrever a tradição logocêntrica, a autora parece “pintar o diabo pior do que ele é”. Ao caracterizar o logocentrismo, Arrojo cria um adversário quase caricato, um extremista radical que reúne numa só entidade todas as práticas e crenças ingênuas existentes, mantendo-se indiferente a qualquer influência externa, e inalterado, apesar da ação de qualquer força. É, na verdade, difícil — ou talvez praticamente impossível — encontrar o adversário por ela descrito. Arrojo parece descrever um platonista radical, alheio a todas as discussões sendo levantadas nos dois últimos milênios, e que realmente enxerga a prática de acordo com sua visão ideológica, como podemos ver na escolha de palavras que a autora faz ao descrevê-lo (destacadas nos grifos da citação acima). No entanto, por mais platônico que seja o senso comum ocidental, a nossa realidade prática desde sempre legitimou o relativismo, e por mais platônicos que se pretendam os teóricos da tradução, a prática nos *força* a contradizer esse ideário para que seja possível haver um produto final. Por exemplo, referências culturais muitas vezes precisam ser adaptadas; se formos “fiéis” ao original como pretendem muitos

teóricos que defendem visões platônicas, ou produziremos traduções ineficazes ou nem sequer conseguiremos traduzir. Como afirmar, então, que uma adaptação nesse caso é uma infidelidade? Igualmente no caso da legendagem, onde é necessária muita síntese, como podemos criticar os cortes feitos pelo tradutor se eles são exatamente o que viabiliza esse tipo de tradução? Parece-nos, então, que Arrojo ataca um bicho-papão que até causa bastante alarde, mas que na prática não tem deixado ninguém sem dormir. E isso nos leva a uma pergunta: até que ponto isso é produtivo? Voltaremos a essa questão mais adiante.

Nossa segunda crítica é em relação a algo que parece passar despercebido a Arrojo. A autora defende que os mencionados pressupostos logocêntricos não passam de meras ilusões criadas por uma visão platônica. No entanto, essas ilusões são *necessárias* para que a prática se torne possível. Como ressalta Britto, “para a grande maioria dos fins práticos que envolvem a utilização de textos, *só podemos* agir se adotarmos certos pressupostos, aproximações que, embora não correspondam à realidade dos fatos, são imprescindíveis” (Britto, 2003, *Mimeo*). E o que Arrojo denomina de “ilusões” são, na verdade, crenças que não são apenas necessárias como também *fazem parte* da nossa prática social, do nosso agir, do nosso pensar, do nosso contexto e das comunidades interpretativas que nos condicionam. Elas estão intrínseca e inseparavelmente ligadas às nossas práticas, e mesmo não sendo reais, fazem-se presentes em todas as nossas atividades. Destacamos aqui o que Arrojo afirma muito acertadamente: “o significado se encontra, sim, na trama das convenções que determinam, inclusive, o perfil, os desejos, as circunstâncias e os limites do próprio leitor” (Arrojo [1992] 2003, p. 39). Entretanto, o que a autora parece não levar em conta é que as “ilusões logocêntricas” *fazem parte* dessa trama de convenções onde se encontra o significado, e conseqüentemente, os textos, os tradutores e os autores.

Contudo, não queremos dizer com isso que estamos defendendo um essencialismo; apenas estamos dizendo que, na nossa realidade de interpretações, nos apegamos a “ilusões logocêntricas” para tornar possível um entendimento comum e para que haja um mínimo de regulação em nossas práticas. O que queremos ressaltar é que o fato de a prática se basear em crenças ou “ilusões” não faz necessariamente com que essa prática não possa mais existir. Ela continua funcionando, não mais baseada em verdades tidas como absolutas, mas em

crenças necessárias para uma compreensão mútua. Vamos tomar como exemplo a citação de Friedrich Nietzsche usada pela própria Arrojo como epígrafe em seu texto “As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões” (Arrojo [1992] 2003, p. 71):

A lógica também depende de pressupostos aos quais nada corresponde no mundo real; depende, por exemplo, do pressuposto de que existem coisas idênticas, de que a mesma coisa é idêntica em diferentes pontos do tempo. Apesar disso, essa ciência passou a existir a partir da crença oposta (de que tais condições realmente ocorrem no mundo real). *O mesmo se passa com a matemática, que certamente não teria sido iniciada se se soubesse desde o princípio que não há, na natureza, nenhuma linha exatamente reta, nenhum círculo verdadeiro, nenhuma magnitude absoluta* (Nietzsche *apud* Arrojo [1992] 2003, p. 71 – grifo nosso).

É verdade que linguagens artificiais, como a lógica e a matemática, ou ciências, como a física newtoniana (posteriormente criticada pela física einsteiniana), e até mesmo a própria noção de ciência, foram criadas com base em crenças que à época se acreditava serem verdades. No entanto, mesmo depois de desmascaradas e desnaturalizadas essas crenças ou “ilusões”, nem assim nenhuma delas deixou de existir. Até hoje, a física newtoniana, embora suplantada pela einsteiniana, continua sendo utilíssima em diversos contextos práticos (balística, resistência dos materiais etc.). O fato de dependerem de pressupostos chamados de “ilusórios” não aboliu sua prática, apenas tornou a visão sobre ela menos ingênua. Assim como as bases da física, as leis também são crenças, no entanto, nós as seguimos. Podemos questionar sua legitimidade, mas não sua existência. O mesmo raciocínio pode ser aplicado em exemplos muito menos abstratos (se é que podemos considerar as leis tão abstratas assim). Se ponderarmos que a luz e o som são, na verdade, diferentes faixas de velocidade de um mesmo tipo de onda, podemos dizer que a diferença que fazemos entre luz e som é, na verdade, uma crença de criação humana, ou uma “ilusão”. No entanto, ninguém abole a diferença entre a experiência de ouvir a nota dó e a de ver a cor vermelha.

O que defendemos é que a crença ou, como prefere Arrojo, a “ilusão” e o relativismo não só podem coexistir, como coexistem simbioticamente. Concordamos com Arrojo que não podemos manter uma visão essencialista da prática de tradução e dos conceitos a ela ligados, porém também entendemos que não podemos simplesmente abandonar por completo pressupostos, mesmo que

“ilusórios”, presentes e necessários nas atividades humanas. O que se faz necessário é relativizar esses pressupostos logocêntricos, e não abandoná-los por completo, pois isso impossibilitaria a prática. Para não termos uma visão essencialista ingênua do que deve ser a prática tradutória, nem a imobilizarmos impedindo que ela faça uso de pressupostos que lhe são necessários, precisamos passar a pensar conceitos como *fidelidade*, *visibilidade*, *interpretação* e mesmo *tradução*, *adaptação* e *erro* como elementos convencionais flexíveis que admitem gradações, e não entidades fixas e absolutas. Assim, a mesma “trama das convenções” que delimita o significado é que vai determinar o maior ou menor grau de fidelidade necessário numa tradução, o maior ou menor grau de visibilidade de um tradutor em determinado texto, o maior ou menor grau de necessidade de interpretação — aqui vista como interferência consciente, ou uma “desconfiança saudável” por parte do tradutor.

2.4

Tradução, adaptação e erro — bases para a avaliação

Dentro da visão mais ampla do conceito de avaliação, podemos destacar conceitos mais específicos e intrínsecos a ela como o de **tradução**, o de **adaptação** e o de **erro**. Para que a avaliação possa ser vista sob uma perspectiva flexível como a wittgensteiniana, assim como propusemos acima, tais conceitos, presentes na base de qualquer avaliação, precisam ser pensados da mesma forma não-radical. Retomando a idéia de gradações que mencionamos anteriormente, faremos aqui uma discussão desses conceitos e uma análise da relação existente entre eles.

2.4.1

O conceito de tradução

Atualmente, o conceito de tradução não possui uma definição única e unânime no âmbito dos estudos da linguagem. Como mencionamos acima, existe uma instabilidade muito grande em relação às definições de certos conceitos de base. Frota (2004) observa:

Nessa atmosfera teórica [da virada pós-estruturalista], os estudiosos começaram a minar as fronteiras entre o texto original e o traduzido, encampando a morte do Autor efetuada por Roland Barthes, rejeitando a noção de originalidade, desconstruindo a idéia de intenção e aderindo à visão de que é na leitura que se constituem os sentidos. Houve com isso um apagamento dos limites conceituais entre autor e tradutor, entre tradução e outras formas de escrita, como por exemplo a adaptação (Frota 2004 [2], p. 4).

O conceito de tradução passou, então, a ser definido a partir de vários pontos de vista e a ter uma definição diferente dependendo das variáveis que são consideradas. Começamos nossa pesquisa consultando o termo *tradução* no dicionário Houaiss e encontramos a seguinte definição:

1.1 Rubrica: lingüística.

operação que consiste em fazer passar um enunciado emitido numa determinada língua (língua-fonte) para o equivalente em outra língua (língua-alvo), ambas conhecidas pelo tradutor; assim, o termo ou discurso original torna-se compreensível para alguém que desconhece a língua de origem (Houaiss Eletrônico).

A definição do dicionário Houaiss traz uma visão muito difundida, talvez a definição senso-comum da tradução, que é a idéia de se “passar um enunciado [...] numa determinada língua [...] para o equivalente em outra língua”. No entanto, a definição deixa em aberto o que seriam mais precisamente as noções de “passar” e “equivalente”.

Ao pesquisarmos no *Dictionary of translation studies* percebemos que há diferentes tipos de definições, umas que se concentram no texto e no significado, outras que levam em consideração a recepção. Dentre as mais voltadas para o aspecto textual, encontramos definições como as de Catford, que considera a tradução “a troca de material textual em uma língua (LF) por material textual equivalente em outra língua (LA)” (*apud* Shuttleworth & Cowie 1997, p. 181). No entanto, a definição de Catford também não define nem problematiza o que é “equivalente” e considera o processo tradutório uma simples troca. De maneira semelhante, Lawendowski define a tradução como “a transferência de ‘significado’ de um conjunto de signos lingüísticos para outro conjunto de signos lingüísticos” (Shuttleworth & Cowie 1997, p.182). Além de considerar o processo tradutório uma mera transferência, Lawendowski não explica o que considera ser o “significado”, que ele mesmo coloca entre aspas. Esse tipo de definição parece, à primeira vista, um tanto vago e, ao mesmo tempo, reducionista. Já entre as

definições que levam em conta a recepção do texto, podemos citar a de Nida e Taber, que consideram que “traduzir consiste em reproduzir na língua receptora o mais próximo equivalente natural da mensagem na língua-fonte, primeiro em termos de significado e segundo em termos de estilo” (Idem 1997, p. 182). Nida e Taber já especificam um pouco mais o que consideram ser um texto equivalente, relativizando a idéia em termos de proximidade com um resultado considerado “natural” por seus receptores. Nesta mesma linha, Nord afirma que a “tradução é a produção de um texto-alvo funcional mantendo, com um determinado texto-fonte, uma relação especificada de acordo com a função pretendida ou exigida pelo texto-alvo [...]” (Idem 1997, p. 182). A definição de Nord já nos dá uma visão mais ampla da tradução, considerando-a uma “produção de um texto funcional” que mantém uma relação com outro texto funcional. Podemos ver, então, com uma definição mais ampla, porém mais detalhada, como a de Nord, que tradução e original podem ser considerados *textos irmãos*. A tradução pode ser vista, assim, como a criação de um texto em uma determinada língua-alvo com os mesmos objetivos, as mesmas funções, as mesmas “idéias” — ou “idéias” consideradas “equivalentes” — e com o mesmo efeito receptivo que o texto-fonte teve numa certa língua estrangeira. Texto-fonte e texto-alvo mantêm, portanto, uma estreita relação de identidade. Este tipo de definição nos parece mais objetivo e mais útil para esta análise.

No entanto, o mercado e a prática, assim como várias definições de tradução, pressupõem um alto grau de fidelidade — ou remissão, relacionamento, identificação — do texto-alvo ao texto-fonte, mas ao mesmo tempo também requerem o que chamaremos de **fluência (con)textual**, isto é, o efeito de o texto parecer ter sido escrito na língua-alvo. A **fluência textual** seria a característica de um texto-alvo que não parecesse ser um texto traduzido de outro idioma, e sim um texto escrito diretamente na língua-alvo. A **fluência contextual** seria elementos que facilitem que o leitor da língua-alvo tenha uma maior identificação com o contexto do original e que compreenda melhor possíveis referências culturais. Para se poder atingir, ou almejar atingir, tais exigências, é necessário que consideremos imprescindível uma interferência criativa do tradutor. Ao considerar a tradução uma produção ligada a outra produção, Nord abre caminho para que possamos considerar a intervenção do tradutor no texto. Tal intervenção, porém,

se dá de acordo com certas necessidades e delimitações. Voltaremos a esse ponto mais adiante; vamos analisar agora algumas definições do conceito de adaptação.

2.4.2

O conceito de adaptação

O conceito de adaptação pode ter dois tipos de definição: uma voltada para um processo global de modificação de um determinado texto, e outra que se relaciona ao conceito de tradução na produção de um texto-alvo ligado a um texto-fonte em outro idioma. Um exemplo do primeiro tipo de definição pode ser encontrado no dicionário Houaiss:

- 9 Rubrica: literatura.
transposição de uma obra literária para outro gênero
- 10 Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: meios de comunicação.
ato ou efeito de converter uma obra escrita em outra forma de apresentação, mantendo-se ou não o gênero artístico da obra original e o meio de comunicação através do qual a obra é apresentada (Houaiss Eletrônico).

Este tipo de definição de adaptação se refere a uma abordagem geral, aplicada ao texto como um todo por motivos previamente definidos, anteriores ao processo de adaptação. A definição número 9 diz respeito ao que Jakobson chama de **tradução inter-semiótica** (Munday 2001, p. 5). Note-se que Jakobson usa o termo “tradução” e, no entanto, a definição é a mesma do termo adaptação. Para fins deste trabalho, adotaremos a expressão **adaptação inter-semiótica** para este tipo de processo textual. Esta definição de adaptação considera apenas a “forma de apresentação” geral do texto, sem levar em conta em que língua o texto original e sua adaptação foram produzidos. Já o segundo tipo de definição do conceito de adaptação está diretamente vinculado — a ponto de delas ser dependente — às definições de “tradução como não-adaptação, como uma forma de transferência mais restritiva” (Baker 1997, p. 5). Adaptações seriam, portanto, “resultados mais livres, mas inteiramente legítimos de operações de transferência” (Idem, p. 5) de um texto de uma língua para outra. Essa relação entre os conceitos de tradução e adaptação traz à tona o conceito de **valor** proposto por Saussure. Tal como se dá em todo campo semântico, o sentido de um termo é determinado em função dos

significados dos outros termos do campo. Assim, o conceito de adaptação é co-dependente do de tradução; só podemos definir um quando definimos o outro, pois um é o que o outro não é. O problema que essa dependência gera é uma indefinição dos dois conceitos e das relações entre eles, pois o próprio conceito de tradução não tem uma definição única.

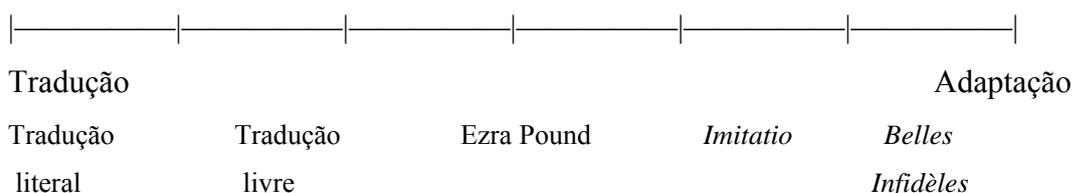
Porém, uma vez que já restringimos as definições dos conceitos que são relevantes para esta análise, vamos detalhar de forma mais objetiva o conceito de adaptação. Num nível global — da obra como um todo —, a adaptação pode ser vista como uma estratégia de conformação do texto aos gostos e hábitos da cultura-alvo, sendo “uma re-escritura de um texto para um novo público” (Baker 1997, p. 6). Nesses casos, em geral, o texto final tem como objetivo “reproduzir a função do texto original” (Idem, p.7) numa nova cultura. Num nível contextual, Vinay e Darbelnet definem a adaptação como uma estratégia de tradução “que pode ser utilizada sempre que o contexto a que o texto original se refere não existe na cultura do texto-alvo, sendo necessária, portanto, alguma forma de re-criação” (Vinay e Darbelnet *apud* Baker 1997, p. 6). A adaptação também se faz necessária no nível lingüístico quando há referências metalingüísticas no texto de partida, como ressalta Baker. Este é o caso da tradução de textos didáticos na área de estudos da linguagem e ensino de línguas, mas também é o caso da tradução de jogos de palavras, como os que aparecem em piadas. Nessas situações, o texto opera no nível do significante, tendo como objeto formas que não existem no texto de chegada. Newmark defende que “nesses casos a adaptação tem que se basear no julgamento do tradutor sobre o conhecimento de seu leitor” (Newmark *apud* Baker 1997, p. 6), pois, como ressalta Coseriu, “esse tipo de adaptação prioriza a função em detrimento da forma, tendo em vista produzir o mesmo efeito que o texto original” (Coseriu *apud* Baker 1997, p. 6).

2.4.3

A relação entre tradução e adaptação

Vemos que a adaptação pode ser, portanto, um procedimento localizado, pontual e exigido pelo texto para que se possam manter algumas características da tradução presentes em grande parte de suas definições, como a fluência

(con)textual. Esse tipo de adaptação é o que Farghal denomina **adaptação intrínseca** (Farghal *apud* Baker 1997, p. 7). É fato que a grande maioria das traduções apresenta momentos sem necessidade de adaptação — momentos que chamaremos de **inteligibilidade imediata**. Porém, é sabido que também a grande maioria das traduções, com exceção de alguns raros casos, apresentam e exigem algum grau — menor ou maior — de adaptações intrínsecas para que se torne viável a passagem do texto para outra língua. Assim sendo, quase toda tradução necessita de alguma porcentagem de adaptação. Como ressalta Frota, a adaptação pontual é “uma ‘infidelidade’ necessária e inevitável que toda tradução implica, por mais fiel ou literal que se queira” (2004[1], p. 7). Por esse motivo, não se pode trabalhar com definições extremas e dicotômicas de tradução *versus* adaptação, nem com visões radicais de fidelidade. Existem muitos casos indefinidos que não se encaixam em nenhum dos dois extremos, mas que possuem características dos dois conceitos. Até mesmo definições amplamente aceitas de diferentes tipos de tradução já consideram em si algum nível de adaptação aceitável, necessária ou até desejável. Na realidade, um dos poucos casos que não prevê nenhum tipo de adaptação é o da **tradução literal**, que, segundo o dicionário Houaiss, é aquela “que é feita palavra por palavra” (Houaiss Eletrônico). Porém, existe, por exemplo, a definição de **tradução livre**, que, apesar do nome, só é livre na forma, devendo manter o mesmo significado do original, ou, novamente na definição do dicionário Houaiss, é “aquela em que o tradutor procura transmitir mais o pensamento e as idéias do autor, sem se cingir às palavras textuais do original” (Idem). Podemos citar ainda a *tradução criativa*, que é um conceito amplo que abriga vários tipos de tradução como, por exemplo, as *belles infidèles* — belos textos de chegada adaptados ao gosto do público francês, mas “infieis” a seus originais —, o *imitatio* — tradução dos gregos que os romanos faziam como exercício de estilística —, as traduções de Ezra Pound — que até hoje causam discussão, não havendo consenso quanto a considerá-las traduções ou adaptações. Por essas razões, vemos a necessidade de pensarmos uma linha gradativa entre os conceitos extremos do ideal de tradução “pura” e o ideal de uma adaptação “completa”. Um esboço de tal linha poderia conter alguns conceitos:



Porém, os casos intermediários entre os dois extremos não são pontuais. Tentar traçar limites claros e definidos entre eles seria uma atitude reducionista. Consideramos necessário que haja uma gradação “fuzzy” entre estes casos e que eles tenham linhas divisórias porosas e flexíveis. A linha que separa os dois extremos deve ser, portanto, “nebulosa”, pois os casos indefinidos possuem características tanto de um quanto do outro extremo — em maior ou menor grau —, assim como uns dos outros.⁴ A nova linha gradativa seria, então, a seguinte:



Tradução inequívoca Casos intermediários Adaptação inequívoca

E como classificamos esses casos intermediários? Podemos classificá-los a partir de traços de um ou outro extremo presentes em cada um. Portanto, dependendo de uma maior ou menor presença momentos de fidelidade ou de adaptação, o texto ficará mais próximo do extremo da tradução ou do da adaptação. Assim, quanto mais o texto-alvo apresentar momentos sem necessidade de adaptação, ou seja, um maior teor de inteligibilidade imediata, e, conseqüentemente, apresentar menos casos de adaptação intrínseca, mais próximo do extremo da tradução ele se posicionará. Por outro lado, quanto menos momentos de inteligibilidade imediata existirem no texto e, desta forma, quanto maior for a necessidade de se fazerem adaptações intrínsecas, mais próximo do extremo da adaptação o texto se posicionará.

Porém, como comenta Baker (1997):

⁴A idéia de uma linha gradativa “nebulosa” entre os conceitos de tradução, adaptação e escrita autoral é baseada em um conceito freudiano de gradação e foi adaptada e proposta pela Dra. Maria Paula Frota no curso “Cultura e sujeito na constituição dos sentidos: a tradução como campo de estudo”, por ela ministrado, no programa de pós-graduação da PUC-Rio, no segundo semestre de 2005. Cf. notas de sala de aula dos dias 27 de outubro de 2005 e 24 de novembro de 2005.

mesmo aqueles que reconhecem a necessidade da adaptação em certas circunstâncias são obrigados a admitir que, se manter-se fiel ao texto é uma condição *sine qua non* da tradução, há, então, um ponto em que a adaptação deixa totalmente de ser tradução (Baker 1997, p. 6).

Frota (2004) também defende uma separação objetiva entre tradução e adaptação:

Sabemos que não é possível oferecer-lhes isso [traduções como representações especulares dos originais], mas há que haver limites entre as transformações inevitáveis e portanto inerentes a toda tradução e manipulações deliberadas que extrapolam as fronteiras do que normalmente se concebe como tradução (Frota 2004 [2], p. 5).

Consideramos que este ponto a que Baker e Frota se referem e que faz uma divisão mais objetiva entre o que é considerado tradução e o que é considerado adaptação é a questão da necessidade. Se as adaptações feitas são exigidas pelo texto, isto é, o texto impõe uma necessidade de o tradutor fazer adaptações intrínsecas, este texto, ainda assim, é considerado uma tradução. Portanto, se as adaptações são de natureza pontual, em momentos em que a intervenção do tradutor se faz necessária, o texto ainda é chamado de tradução, que pode ser mais ou menos “fiel” ao original. Se as adaptações são um projeto global e previamente acertado, não imposto pelo texto, então o resultado é considerado uma adaptação. É o caso, por exemplo, de condensações, simplificações, etc. Adaptações globais se posicionam no extremo ou pertíssimo do extremo da adaptação, dependendo da natureza da modificação geral que foi feita (lingüística, contextual, estilística, semiótica). Essas mudanças no texto como um todo, em geral, são feitas de acordo com o objetivo acertado para a adaptação, levando-se em consideração seu público-alvo, seu mercado, sua recepção, etc.

Como vemos, se toda tradução exige um certo nível de adaptação, mesmo que em momentos pontuais, certas modificações do texto-fonte feitas pelo tradutor no texto-alvo não podem ser consideradas como erros pelos avaliadores. A prática nos força a encarar noções como fidelidade, adaptação e interpretação em termos de gradações. Conseqüentemente, também teremos que pensar o erro da mesma forma. Se modificações e intervenções são necessárias, não podemos trabalhar com conceitos dicotômicos de certo e errado. É preciso que se analise cada situação problemática para daí avaliar se ocorre realmente um erro ou uma

imprecisão, uma má escolha ou mesmo uma adaptação. Veremos a seguir definições de erro que privilegiam essa visão de gradação.

2.4.4

O conceito de erro

2.4.4.1

A noção de erro segundo Pym

Em seu livro *Epistemological problems in translation and its teaching — a seminar for thinking students* (1993), Anthony Pym classifica os erros presentes em traduções como **binários**, aos quais ele se refere como *mistakes*, e **não-binários**, os quais ele denomina *errors*. Os erros binários (*mistakes*) são aqueles que apenas podem ser classificados como “certos” ou “errados” e não dão margem a outras interpretações. Segundo Pym, um erro é binário quando “não há nuances entre uma [escolha errada] e [uma escolha certa], não há gradações” (Pym 1993, p. 102), ou seja, são “situações em que você só pode estar ou certo ou errado” (Idem, p. 132). Pym não considera os erros binários erros de tradução em si. Embora sejam perigosos e tenham que ser corrigidos, eles em geral são lapsos de natureza lexical, sintática ou semântica, mas não exatamente erros de compreensão do texto fonte. Por exemplo, é muito comum tradutores confundirem palavras simples e de tradução direta, como números e partes do corpo. Só para citar alguns casos, é recorrente ver tradutores entendendo “twelve” onde havia “twenty”, ou “ankle” onde havia “elbow”.

Já os erros não-binários (*errors*) são aqueles em que essa diferença entre certo e errado não é tão dicotômica. São erros que “resultam de situações em que não há uma separação nítida entre certo e errado” (Idem, p. 102). Ele classifica como não-binários todos os erros tradutórios em si, que seriam as opções do tradutor que não nos agradam como a melhor escolha possível, mas que também não podemos simplesmente classificar como erradas. São, por exemplo, casos em que há mais de uma tradução possível para determinado termo e o tradutor opta por um termo genérico demais ou mais específico do que o necessário.

2.4.4.2

A noção de singularidade de Frota

Em seu artigo “Erros e lapsos de tradução: um tema para o ensino” (2006), Maria Paula Frota baseia-se no livro de Freud *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*, de 1901, para dividir as motivações dos erros entre ignorância — o desconhecimento por parte do tradutor de algum elemento lingüístico, cultural ou contextual — e lapso de língua resultante de uma interferência psíquica inconsciente.

Com base nessa constante interferência do inconsciente em todas as atividades lingüísticas do homem, Frota se propõe a ampliar a classificação de erro criada por Pym. A autora argumenta que, “ainda que [Pym] considere diferenças entre [erro binário] e [erro não-binário], ele não coloca em questão o fato de ambos constituírem escolhas erradas ou inadequadas, que precisam ser corrigidas” (2006, p. 146). Ela observa ainda que, “porém, sabemos que não são nada raras aquelas escolhas que não contam com aceitação unânime, mas que são aceitas por alguns leitores, plenamente capazes de justificá-las” (Idem, p. 146). Diferentemente, para Pym, os erros não-binários também são escolhas erradas, apenas menos óbvias do que os erros binários. Frota propõe, então, uma terceira classificação, uma “alternativa a esses extremos [— certo e errado —], uma região que, situada entre eles, acolheria as escolhas que não contam com uma avaliação consensual, que suscitam um grau variável, maior ou menor, em suas aceitações subjetivas” (Idem, p. 147). Baseando-se na proposta freudiana de uma ação constante do inconsciente em nossas atividades e escolhas lingüísticas, Frota argumenta que há “a ocorrência de um imenso número de escolhas subjetivas que não chegam a romper drasticamente com o código ou com o previsível [...] [e que podem ser alocadas] num lugar ou noutro daquela zona não-binária de gradações e nuances da série que vai do erro (binário) ao acerto supostamente absoluto e definitivo” (Idem, p. 155).

A essa terceira via que propõe, Frota dá o nome de **singularidade**. A autora define o conceito, contrapondo-o com os lapsos de tradução:

Via de regra, nada nessas formações [lapsos de tradução e singularidades] ou em sua relação com o contexto constitui indício de erro. [...] Porém, uma vez havendo o cotejo, há uma importante diferença entre o lapso de tradução e a singularidade. Por consistir o primeiro em erro flagrante e indiscutível, ele passa a ser plenamente visível como todos os demais lapsos de escrita: só “cego” não o vê. Quanto à singularidade, a situação é bem mais obscura, mesmo paradoxal, em decorrência, por um lado, de ela não constituir um erro unânime e, por outro, de os críticos de tradução em geral seguirem parâmetros extremos de avaliação. Ou seja, uma ocorrência de caráter não-binário é julgada por uma lógica binarista. Desse despreparo para conviver com “rupturas obedientes” ou “submissões mal-comportadas” resulta a forte tendência de, se percebidas, as singularidades serem alocadas em uma ou outra das categorias existentes (Frota 2000, p. 239).

Podemos entender a singularidade como casos em que não há um consenso no julgamento de determinada tradução em termos de certo ou errado. São escolhas que alguns falantes conseguem justificar plenamente, mas que não são de aceitação unânime, por se tratarem de escolhas inconscientes. No leque da singularidade, para fins deste trabalho, podemos incluir casos de preferência estilística e casos de escolhas mais felizes. Ou seja, casos em que uma modificação do revisor ocorre por uma questão de gosto pessoal e casos em que a alteração feita na revisão acaba por se provar uma opção mais feliz de tradução. A grande maioria dessas alterações não consegue ser justificada por ser uma escolha subjetiva e inconsciente do revisor.

Como propusemos acima, o avaliador deve levar em conta que a noção de erro não pode ser vista binariamente como certo e errado. Ele deve trabalhar com a visão “alternativa a esses extremos” que Frota propõe, analisando cada caso dentro desse “grau variável” de aceitação, sem adotar uma postura radical ou autoritária nas correções e modificações que fizer. Essa noção de erro como uma graduação está de acordo com a visão wittgensteiniana de avaliação como um jogo. É no decorrer do jogo que o avaliador vai decidir, a cada caso, em que lugar dessa linha gradativa se encontra cada ponto que estiver avaliando. Não podemos afirmar que os extremos *certo* e *errado* não são alternativas possíveis. Eles podem ocorrer, sim, mas não são as únicas possibilidades de avaliação disponíveis.

2.5

Uma proposta para a visão de avaliação

É com base nessas considerações teóricas que propomos uma possível visão para o conceito de avaliação de tradução. A avaliação é uma atividade essencialmente prática. Ela precisa, portanto, se valer das mesmas crenças ou “ilusões” de que se vale a prática para ser viável. São essas “ilusões” que impõem os limites necessários para que a avaliação aconteça.

Propomos se pensar a avaliação de tradução em termos wittgensteinianos usando a analogia do jogo. Assim como todo jogo, a avaliação possui regras delimitadoras conhecidas por todos os participantes envolvidos. Essas regras determinam os papéis de cada participante, as posições e as hierarquias vigentes no jogo e as relações de poder. Os participantes desse jogo podem ser tradutores, revisores, clientes, professores, alunos, editoras, o público-alvo, o mercado e outros envolvidos no processo tradutório. Apesar de haver regras delimitadoras, as decisões são tomadas e o curso das ações é definido no decorrer do jogo, ou seja, o jogo se faz jogando. Não há uma receita prévia nem um objetivo fixo, mas há, sim, limites para o que é possível naquela determinada situação. Por exemplo, no futebol, existem regras que delimitam o que os jogadores podem ou não fazer dentro de campo (é proibido, por exemplo, colocar a mão na bola, salvo se você for o goleiro e estiver dentro da grande área). Há também um esquema tático e jogadas ensaiadas, ambos previamente definidos. No entanto, existem inúmeras possibilidades de movimentação e combinação dos jogadores dentro de campo. Quais combinações serão usadas só é decidido no próprio momento em que elas acontecem. Outro ponto importante é que, embora as regras sejam fixas, a aplicação delas está sempre sujeita a interpretações. Assim, a qualidade do time e da partida se faz no decorrer do jogo. Com a tradução e a avaliação se dá o mesmo.

Em cada situação tradutória ficam definidas, mesmo que implicitamente, quais serão as regras daquele jogo, por exemplo, quem vai impor restrições (clientes, manuais de estilo, mercado?), quem vai tomar as decisões (tradutor, cliente?), quem tem a palavra final (revisor, professor, editor?) etc. As regras do jogo podem ou não mudar a cada partida, mas o jogo é sempre feito no momento

em que se joga; ele, sim, muda a cada partida. Por exemplo, retomando a idéia das gradações, podemos pensar em regras mais rígidas — e, portanto, menor flexibilidade no jogo e conseqüentemente um grau maior de fidelidade — em traduções mais técnicas (em geral, quanto mais técnica a tradução, maior a rigidez). Já no caso de traduções mais subjetivas, como a de poesia, podemos pensar em regras mais flexíveis (no caso do jogo da tradução de poesia, o blefe pode ser um recurso válido e até indispensável). E há também os casos de traduções de natureza diferente, como acontece com a legendagem, que possui regras específicas de restrição de tempo e de espaço.

Quanto à avaliação, o avaliador, nessa analogia com o futebol, poderia ser visto como o árbitro, que toma decisões sobre a validade das jogadas, define lances e dá a palavra final. O revisor, por sua vez, seria o técnico, que muda o time, o esquema tático, faz substituições e escolhas com a intenção de melhorar o desempenho do time e, conseqüentemente, o resultado final da partida. Em geral, ele tem o poder de dar a última palavra no jogo.

Vimos, portanto, que a avaliação de tradução, assim como a própria prática da tradução e a maioria das práticas humanas, senão todas elas, dependem de limites para funcionar. O fato de esses limites terem “pressupostos ilusórios” como base não pode nos levar a invalidar a prática. Pelo contrário, são essas próprias crenças ou “ilusões” que impõem os limites necessários para a realização da prática. Faz-se pertinente aqui o comentário de Borges Neto (2004):

As teorias são visões particulares do real, e até certo ponto são visões que constroem esse real, mas esse “poder criador” tem limites: o objeto não determina a teoria, mas lhe impõe limites (Borges Neto 2004, p. 29).

Mas podemos pensar em termos mais específicos, no nível do significado da expressão lingüística. Aqui, cabe a argumentação de El-Jaick (2005) ao se referir à posição de Wittgenstein:

Não há uma verdade única sustentada por uma expressão lingüística que deva ser perseguida pelos falantes. *Infinitas* são as respostas possíveis para um mesmo questionamento — *embora dentro de limites* traçados pelo jogo de linguagem que se estiver jogando (El-Jaick 2005, p. 133).

Mesmo sendo frutos de “pressupostos ilusórios”, o fato é que os limites se impõem, e são eles que tornam possíveis as práticas. Assim sendo, as próprias crenças ou “ilusões” são as possibilitadoras das práticas. Questionar tais “ilusões”, desnaturalizá-las é, sim, um passo indispensável para não termos uma visão ingênua das questões suscitadas por elas. No entanto, até onde seria produtivo levar adiante o questionamento que visa tentar abolir tais crenças ou “ilusões”, tão intrinsecamente ligadas à prática? Não é prudente pensar em um questionamento teórico que imobilize a prática e impossibilite sua avaliação crítica.

2.5.1

Os conceitos wittgensteinianos de *regra, critérios e certeza*

Como já argumentamos anteriormente, uma perspectiva teórica pragmática de inclinação wittgensteiniana é a que nos parece mais profícua para embasar nosso trabalho, e alguns conceitos de Wittgenstein se provam muito esclarecedores para nossa pesquisa, no intuito de compreender melhor uma visão pragmática de avaliação. Abordaremos muito brevemente aqui aqueles que nos parecem ter maior relevância para nossa discussão: os conceitos de **certeza**, **regra** e **critérios**.

Em sua obra, Wittgenstein defende que as nossas práticas dependem de determinadas certezas, que variam sim, mas essa variação é regulada — não é aleatória nem varia ao infinito. Os limites para essa variação só são conhecidos na própria prática, quando tomamos parte de um dado jogo de linguagem.

Com relação à **certeza**, o filósofo argumenta que, para que qualquer jogo — inclusive o da linguagem — aconteça e tenha êxito é necessária a suspensão da dúvida em relação a certas questões. Rebello cita oportunamente alguns trechos da obra *Sobre a certeza* que ilustram a opinião do autor em relação ao tema:

392. O que tenho de mostrar é que uma dúvida não é necessária, nem mesmo quando é possível. Que a possibilidade do jogo de linguagem não depende de se duvidar de tudo o que se preste a dúvidas (1990, p. 111 *apud* Rebello 2006, 72).

[...]

337. Uma pessoa não pode fazer experiências se não houver coisas de que não duvide. Mas isso não significa que confie em certos pressupostos. Quando escrevo uma carta e a ponho no correio, parto do princípio de que ela chegará ao destino — espero-o.

Se faço uma experiência, não duvido da existência do aparelho que está diante dos meus olhos. Tenho muitas dúvidas — mas não *essa*. Se faço um cálculo, creio, sem qualquer dúvida, que os números no papel não mudam de espontaneamente e também confio na minha memória durante toda a operação, confio sem reservas. A minha certeza aqui é semelhante à de nunca ter estado na Lua (1990, p. 97 *apud* Rebello 2006, 72).

[...]

345. Se pergunto a alguém “Que cor vê agora?” a fim de saber que cor há ali naquele momento, não posso perguntar ao mesmo tempo se o interrogado percebe inglês, se me quer enganar, se a minha memória não falha quanto ao significado do nome das cores etc. (1990, p. 99 *apud* Rebello 2006, 72).

[...]

346. Quando no jogo xadrês procuro dar mate a alguém, não posso ter dúvidas sobre se as peças poderão mudar de posição por motu-próprio e se minha memória [simultaneamente me pregará peças para que eu não perceba] (1990, p. 99 *apud* Rebello 2006, 72).⁵

Como ressalta Rebello, os trechos acima ilustram bem a opinião de Wittgenstein de que o fato de *podermos* duvidar de certas coisas não implica a *necessidade* de duvidar delas. Se resolvermos, como sugere a desconstrução radical, duvidar de certas noções básicas, estaremos “cortando o galho sobre o qual estamos sentados” (*IF* §55), o que não seria nada prudente nem produtivo, visto que implicaria imobilizações em questões práticas. Glock também comenta a necessidade da suspensão da dúvida para a possibilidade da certeza e sua natureza básica em relação a outras crenças de nossas práticas: “Segundo Wittgenstein, a certeza de uma crença consiste em sua função em nosso quadro geral de crenças. Há certeza quanto a uma crença quando se pode lançar mão dela para justificar outras crenças, sem que ela mesma careça de justificação” (1998, p. 78).

Todavia, fica claro também na obra de Wittgenstein que essas certezas não são fixas, como não são fixas nossas práticas. Nossas certezas variam, mas essa variação é regulada e não ocorre ao infinito. As **regras** que regulam nossas práticas, nossas certezas e nossa linguagem são definidas por Wittgenstein como um fenômeno social, intrínseco e dependente de nossas práticas. Como explica Glock (1998), “Wittgenstein descreve a atividade de seguir uma regra como uma prática social, referindo-se a ‘costumes’, ‘hábitos’ e ‘instituições’ (*IF* §199)” (p. 317), além de afirmar sua natureza prática, pois “uma regra não existe a não

⁵ Fizemos uma modificação na citação por considerarmos ambígua a tradução da fonte citada.

ser que haja a prática de dizer que certas coisas são ‘obedecê-la’ e certas coisas são ‘transgredi-la’” (p. 316). Ou seja, as regras só existem porque em nossas práticas nós dizemos que determinadas coisas estão de acordo com elas e outras não o estão. E, ainda segundo o filósofo, essas regras não são determinadas aprioristicamente; elas só são conhecidas quando tomamos parte no jogo. De acordo com ele, não podemos ter uma visão de sobrevôo da linguagem, pois nossa realidade é lingüística e não temos como nos separar da linguagem. Não há como em um dado momento nos colocarmos de fora de todos os jogos de modo a observá-los e a conhecer suas regras a uma distância. Sobre isso, Glock nos explica que “compreender a regra *é* saber como aplicá-la, saber o que pode ser considerado como agir em conformidade com ela ou transgredi-la” (1998, p. 315). Porém, o fato de essas serem determinadas pela prática não implica uma permissividade. As regras são, sim, variáveis como nossas práticas, mas elas determinam o que *consideramos* correto ou errado. Mais uma vez, Glock nos traz uma definição de regra: “Regras são padrões de correção; não descrevem, por exemplo, como as pessoas falam, mas definem o que é falar com sentido ou corretamente” (Idem, p. 312). Ainda a esse respeito, Wittgenstein escreve uma passagem muito elucidativa:

uma regra não encontra emprego nem no ensino nem no próprio jogo, nem está indicada num catálogo de regras. Aprende-se o jogo observando como os outros o jogam. Mas dizemos que *se joga segundo esta ou aquela regra*, porque um observador pode ler essas regras nas práxis do jogo, como uma lei natural que as jogadas seguem. — *Mas como o observador distingue, nesse caso, entre um erro de quem joga e uma jogada certa? Há para isso indícios no comportamento dos jogadores.* Pense no comportamento característico daquele que corrige um lapso. Seria possível reconhecer que alguém faça isso, mesmo que não compreendamos sua linguagem (IF §54, grifo nosso).

Na passagem acima, Wittgenstein dá duas explicações muito importantes para o nosso trabalho: primeiro, o fato de que no jogo da linguagem seguem-se regras, ou seja, existe o que é *correto* e o que é *errado* ao se jogar; segundo, o fato de que existem “indícios” no jogo que nos permitem identificar o que é certo e o que é errado. A esses indícios, o filósofo dá o nome de **critérios** e explica que eles “são modos de determinar como sabemos alguma coisa” (Glock 1998, p. 119). Essa “coisa” pode ser, por exemplo, um conceito, como define Mulhall:

O que são critérios? São as especificações lingüísticas em termos das quais falantes competentes *julgam se algo se enquadra em um conceito específico*; por conseguinte ligam os seres humanos entre si e os alinham com o mundo. Contudo critérios não simplesmente controlam a maneira de que falamos dos objetos: *eles também determinam sua natureza essencial*. [...] e já que os critérios determinam o que é algo ser água, um carro, uma cadeira e assim por diante – já que a essência é expressa pela gramática de acordo com Wittgenstein – uma investigação gramatical pode-nos dizer tanto sobre o mundo quanto sobre a linguagem (Mulhall 1996, p.5 *apud* Rebello 2006, 63).

Os critérios, além de nos fornecerem ferramentas para “enquadrarmos algo em um conceito específico”, ou seja, identificarmos algo como uma determinada coisa — *classificarmos* —, “também determinam sua natureza essencial”, logo, o que algo *é*, e, como observa Glock, “não como uma evidência empírica, mas sim por conta de regras gramaticais” (1998, p. 117). Portanto, se os critérios são aquilo que nos permite identificar a identidade das coisas, eles são também o que confere significado às palavras, como explica Glock:

Critérios determinam o significado das palavras que governam. O que vincula significado e critérios é a verificação: explicar os critérios que se tem para aferir se algo é *F* é especificar como se verifica a proposição “a é *F*”. O significado de *F* não é necessariamente *dado* pela especificação dos critérios [...]. Entretanto, os critérios *determinam* (pelo menos em parte) o significado de *F*. Especificar os critérios para aferir *F* é especificar regras para o uso de *F*, e, portanto, explicar (parcialmente) seu significado. Os critérios são “fixados pela gramática”, “estabelecidos pela linguagem”, sendo nesse sentido, uma questão de “convenção” (1998, p. 118).

Como vemos pela explicação de Glock, todos os conceitos aqui mencionados estão diretamente interligados, pois a **gramática** é regida por **regras**, que, por sua vez, são identificadas a partir de **critérios**. E se, como defende Wittgenstein, “a *essência* está expressa na gramática” (*IF* §371), o significado é, portanto, também regido pelas regras e identificado a partir de critérios.

Ora, mas se os critérios são parte intrínseca de nossas práticas, assim como elas, eles também são variáveis. Porém, apesar de identificarem as regras, eles não são necessariamente uma razão para segui-las. Wittgenstein argumenta que, em determinado momento, não conseguimos mais justificar a escolha de uma regra com os critérios, pois chegamos ao limite da convenção:

É possível prosseguir e perguntar: “Como sabe que ele tem dor de dentes quando segura a face?”. A resposta poderia ser, “Sei que ele tem dor de dentes quando segura a face porque seguro a face quando tenho dor de dentes”. Mas, e se fosse ainda colocada a questão: — “E qual o motivo que o leva a supor que a dor de dentes corresponde ao facto de ele segurar a face, simplesmente porque a sua dor de dentes corresponde ao facto de você segurar a face?”. Sentir-se-ão atrapalhados para responder a esta pergunta, e verificarão que deixaram aqui de poder argumentar, isto é, ter-se-ia chegado às convenções (Wittgenstein 1992, p.57 *apud* Rebello 2006, p. 67).

Não necessitamos de ter uma razão para obedecer à regra como o fazemos. A cadeia de razões tem um fim (Wittgenstein, 1992, p.87 *apud* Rebello 2006, p. 67).

Rebello ressalta também, ao citar Garver, que “os critérios [são] de tal forma entretrecidos com as práticas lingüísticas, que freqüentemente *não somos capazes de enumerá-los ou descrevê-los*” (2006, p.67).

Como vemos nas argumentações de Wittgenstein, a própria linguagem nos dá as ferramentas, os critérios de que precisamos para identificar e classificar determinados conceitos como certas coisas, como, por exemplo, um original, uma tradução ou um erro. É a linguagem também que impõe os limites de até onde podemos ir — até onde podemos questionar ou duvidar — por ser ela um fenômeno regido por regras.